



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXI — 64.º DA REPÚBLICA — N. 17.093 BELEM TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1952

DECRETO N. 1.095 — DE 16
DE AGOSTO DE 1952

Transcreve a escola da
Travessa 16, para a Traves-
sa S. Matias, no Município
de Igarapé-açu.

O Governador do Estado do Pará,
usando das atribuições que lhe
confere o art. 42, item I, da Cons-
tituição Política Estadual, e aten-
dendo à conveniência do ensino,

DECRETA:

Art. 1.º Fica transferida a esco-
la de 1.ª entrância — padrão B, do
Quadro Único, da Travessa 16, para
a Travessa S. Matias, no Município
de Igarapé-açu.

Art. 2.º Revogam-se as disposi-
ções em contrário.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 16 de agosto de 1952.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

José Cavalcante Filho
Respondendo pelo expediente da
Secretaria de Estado de Educação
e Cultura

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

GABINETE DO SECRE- TÁRIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr.
Secretário de Estado

Em 9/8/52

Petições:

01285 — Tacieli Raposo de Melo,
1.º tenente da P. M. (promoção)

— Relação-se.

01286 — Walter Moreira Cals, ca-
pitão da P. M. (promoção) — Re-
lação-se.

01287 — Walter Pereira de Araújo,
1.º tenente (pedido de promo-
ção) — Relação-se.

01288 — Raimundo da Costa

Sampaio, 2.º tenente da Reserva

Remunerada (promoção) — Re-
lação-se.

Em 13/8/52

01301 — Aida Franco de Campos,
professora no Município de Itai-
tuba (licença-saúde) — A D. P.

01302 — Antonio Arruda Lima,
residente nesta cidade (providên-
cia) — Informe o D. E. S. P.,
quanto à conduta do Comissário do
Marco no caso de que trata este
expediente.

01303 — Viação Atlântica Ltda.,
nesta cidade, requerendo seja man-
tida na linha São Brás-Batista
Campos o ônibus de sua proprie-
dade sob o n. 49-07 — Ao Secre-
tário do Conselho Regional de
Trânsito para submeter à apreça-
ção da Comissão Especial.

01304 — Manoel Antonio Peres,
polícia sanitário, anexo o ofício n.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

DECRETO DE 8 DE AGOSTO
DE 1952

O Governador do Estado:

resolve conceder, nos termos do
art. 163 do Decreto-lei n. 3.902,
de 28 de outubro de 1941, a Car-
los da Mota Cardoso, agrônomo —
padrão Q, do Quadro Único, lotado
no Serviço de Cadastro Rural, 6
(seis) meses de licença, para trata-
mento de saúde, em prorrogação, a
contar de 6 de junho de 1952 a 6
de dezembro do mesmo ano.

O Secretário de Estado de Obras,
Terras e Viação assim o faça ex-
ecutar.

Palácio do Governo do Estado
do Pará, 8 de agosto de 1952.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUNÇÃO
Governador do Estado

Claudio Lins de Vasconcelos
Chaves
Secretário de Estado de Obras,
Terras e Viação

o recebimento da circular n. 22/52)

— Arquite-se.

— N. 360, da Polícia Militar (re-
cebimento da circular n. 19/52) —
Junte-se ao "dossier" respectivo.

— N. 303, da Imprensa Oficial
(acusa o recebimento da circular
n. 18/52) — Junte-se ao "dossier"
respectivo.

— N. 305, da Imprensa Oficial
— Junte-se ao "dossier" respectivo.

— N. 151, do Presídio São José
(recebimento da circular n. 21/52)

— Junte-se ao "dossier" respec-
tivo.

— N. 96, da Prefeitura Muni-
cipal de Baião (recebimento da cir-
cular n. 12) — Junte-se ao "dos-
sier" respectivo.

— N. 433, do Departamento de
Assistência aos Municípios (recebi-
mento da circular n. 19/52) — Ci-
ente. Junte-se ao "dossier" res-
pectivo.

— N. 411-SA, do Departamento
Estadual de Segurança Pública
(recebimento da circular n. 19/52)

— Junte-se ao "dossier" respec-
tivo.

Em 13/8/52

N. 612, da Assembléia Legisla-
tiva (anexo o ofício n. 288, do Con-
selho Regional de Engenharia e
Arquitetura — informação a res-
peito do hospital em construção
na cidade de Cametá) — Restitua-
se à A. Legislativa.

— N. 638, do Departamento Es-
tadual de Águas (anexo a juntada
n. 194, do Arquivo da S. I. J. e o
ofício n. 2568, do Ministério do
Trabalho, Indústria e Comércio —
Rio (comunicação sobre a exone-
ração de Eneidino Lopes Sampaio)

— Agradecer e dar ciência ao D.
E. A., por intermédio da S. O. T.

Viação.

— N. 1677, da Secretaria de
Saúde Pública (anexo o laudo de
inspeção de saúde de João da Cos-
ta Matos, diarista da Colônia do
Prata) — A D. P.

— N. 570, da Assembléia Legis-
lativa (anexo o ofício n. 1679, da
S. S. P., sobre o pedido de auxí-
lio para a construção de um hospi-
tal, posto médico e subpostos, no
Município de Conceição do Ara-
guáia) — Restitua-se à Assembléia
Legislativa.

— N. 316, da Prefeitura Muni-
cipal de Conceição do Araguaia
(acusa o recebimento da circular
n. 16/52) — 1.º) Esclareça-se ao
Senhor Prefeito Municipal que o
recolhimento das contribuições a
que se refere a circular n. 16, des-
ta Secretaria, é mandamento cons-
titucional, não havendo, portanto,
porque aguardar S. S. ordem de
quem quer que seja para cum-
pri-lo. 2.º) Junte-se ao "dossier"
respectivo.

— N. 434, do Departamento de
Assistência aos Municípios (remes-
sa de cópia do Manifesto e Regi-

mento Interno do 2.º Congresso
Nacional dos Municípios Brasilei-
ros) — Publique-se. A I. O.

— S/n, da Prefeitura Municipal
de Altamira (entrega de numerá-
rio) — Assinado o convênio, volte
o expediente ao D. A. Municipali-
dades, para os devidos fins.

— N. 453, do Departamento Es-
tadual de Segurança Pública (so-
licitando seja internado no hospi-
tal Domingos Freire o indigente
Salvador Gemaque Damasceno) —
Restitua-se ao D. E. S. Pública.

— N. 32, do Juiz de Direito da
Comarca de Ponta de Pedras (pu-
blicação de edital de citação sen-
do interessada: Maria dos Santos
Pereira) — A I. O.

Em 14/8/52

N. 4.235, do Hospital Juliano
Moreira (remetendo 5 impressos
das novas tabelas adotadas naque-
le hospital) — Agradecer e distri-
buir.

Em 13/8/52

Carta:

N. 111, de Antonio Marcelino
(informação sobre aposentadoria
de Antonio Pereira Barros, funcio-
nário da P. M.) — Volte à D. P.,
prestado que está o esclarecimento
pedido à P. Militar.

Memorando:

N. 1139, do Gabinete Govern-
amental (providências) — Ciente.
Arquite-se.

**Térmo de Convênio es-
pecial celebrado entre o
Governo do Pará e a
Prefeitura Municipal de
Arariuna, para constru-
ção de uma Escola Ru-
ral, na forma abaixo:**

Aos oito dias do mês de agosto
do ano de mil novecentos e cin-
quenta e dois, no Gabinete do Se-
cretário de Estado do Interior e
Justiça, presentes o respectivo ti-
tular, infra assinado, devidamente
autorizado pela Portaria n. 57,
de 2 de maio de 1952, do Exmo.
Sr. General Governador e o Pre-
feito Municipal de Arariuna,
também infra assinado, tendo em
vista o plano de construções des-
tinadas à ampliação e melhoria
do sistema escolar e em obedi-
ência à cláusula nona do acór-
do assinado entre o Ministério
da Educação e Saúde e o Governo
do Estado do Pará, foi firmado o
presente termo de Convênio es-
pecial, mediante as seguintes
cláusulas e condições:

Cláusula primeira — O Govê-
rno do Estado entrega à Prefei-
tura Municipal de Arariuna o
auxílio recebido do Governo Fe-
deral de Cr\$ 60.000,00, destinado
à construção de uma Escola Ru-
ral naquele Município (Umarizal),
consoante especifica o acórdão es-
pecial citado.

Cláusula segunda — O auxílio
será concedido em três (3) par-
celas iguais de vinte mil cruzel-
ros (Cr\$ 20.000,00) por intermê-
dio do Departamento de Assis-
tência aos Municípios, sendo a
primeira no ato da assi-

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador:

General de Divisão **ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUMPÇÃO**

Secretário do Interior e Justiça:

Dr. DANIEL COELHO DE SOUZA

Secretário de Economia e Finanças:

Dr. STÉLIO DE MENDONÇA MAROJA

Secretário de Saúde Pública:

Dr. EDWARD CATETE PINHEIRO

Secretário de Educação e Cultura:

Respondendo pelo expediente

JOSE CAVALCANTE FILHO

Secretário de Obras, Terras e Viação:

Dr. CLAUDIO LINS DE V. CHAVES

...

As Reparações Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 16 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.

—As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas, após a saída dos órgãos oficiais.

—Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas. —A matéria paga será recebida das 8 às 17 horas, e, aos sábados, das 8 às 11,30 horas.

—Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano. —As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de vali-

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

EXPEDIENTE

Rua de Una, 32 — Telefone 3262

Diretor Geral:

OSSIAN DA SILVEIRA BRITO

Redator-chefe:

Pedro da Silva Santos

Assinaturas

Belém:

Anual	280,00
Semestral	140,00
Número avulso	1,00
Número atrasado, por ano	1,50

Estados e Municípios:

Anual	280,00
Semestral	140,00

Exterior:

Anual	400,00
-------	--------

Publicidade

por 1 vez	600,00
1 Página contabilidade, página, por 1 vez	600,00
1/2 Página, por 1 vez	300,00
Centímetros de coluna:	
Por vez	6,00

dade de suas assinaturas, na parte superior do endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência, mínima de trinta (30) dias.

—As Reparações Públicas dirigidas às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

—A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação solicitamos aos senhores clientes dêem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

—Os suplementos as edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

—O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

natura deste Convênio, a segunda após a prestação de contas da primeira e a terceira depois da prestação de contas da segunda, devendo a Prefeitura, por ocasião da prestação de contas da Segunda e Terceira, comprovar com fotografias e o atestado do Coletor Estadual e do Presidente do Conselho Escolar o estado em que se encontra a obra, cabendo ao mencionado Departamento de Assistência aos Municípios organizar os processos de prestação de contas, acompanhados, inclusive, de fotografias dos prédios, para o fim de encaminhamento ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Cláusula terceira — As construções a serem executadas não poderão exceder de sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00). Se tal limite, no entanto, for excedido, a Prefeitura completará o dispêndio, com recursos próprios, até ultimar a construção, sendo-lhe creditada a importância correspondente, até o limite de Cr\$ 115.723,00 para amortização de seu débito de contribuições percentuais ao Estado, até 31 de dezembro de 1950, no valor de Cr\$ 47.148,90.

Cláusula quarta — O prédio escolar deverá ser construído em terreno com área de 10.000 metros quadrados e satisfazer as condições pedagógicas e de higiene enumeradas nas especificações que acompanham o presente acordo, fazendo a Prefeitura ao Estado doação do referido terreno.

Cláusula quinta — Os trabalhos de construção deverão ter início dentro do prazo de trinta (30) dias contados do recebimento da primeira parcela, sob pena de perder o município o direito ao recebimento das parcelas restantes e ficar obrigado a fazer imediata restituição do que houver recebido.

Cláusula sexta — A Prefeitura Municipal compromete-se a aplicar o auxílio, observadas as plantas e especificações que são partes integrantes deste Convênio, na construção do prédio da Escola Rural para o ensino primário no lugar.

Cláusula sétima — Quaisquer alterações das plantas e especificações referidas na cláusula quarta, somente poderão ser feitas mediante prévia e expressa autorização do Ministro de Estado de Educação e Saúde, devendo o expediente respectivo sobre esse assunto ser encaminhado ao Governo do Estado por intermédio do Departamento de Assistência aos Municípios.

Cláusula oitava — A verificação e fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá à Secretaria de Obras, Terras e Viação que, por seus engenheiros credenciados, fiscalizará a execução da obra, solicitando todos os informes e providências que se fizerem necessários, para o bom desempenho dessa missão.

Cláusula nona — A Prefeitura Municipal se obriga a afixar, durante o período das obras, em local bem visível, no prédio em construção com o auxílio federal, uma placa com os seguintes dizeres, em caracteres bem legíveis: "ESTA ESCOLA ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA COM RECURSOS FORNECIDOS PELO GOVERNO FEDERAL". Finda a construção, o Ministério de Educação e Saúde fornecerá placa para ser colocada, em caráter permanente, na sala de aula, com os seguintes dizeres: "ESCOLA CONSTRUÍDA COM RECURSOS FORNECIDOS PELO GOVERNO FEDERAL".

Cláusula décima — O prédio escolar construído será patrimônio do Estado, que providenciará para sua instalação e funcionamento, designando-lhe professoras. Esse prédio nunca terá outra destinação que o de servir ao ensino e à assistência médico-escolar.

Cláusula décima primeira — Para efeito do que dispõe a cláusula décima terceira, "in-fine", a Prefeitura Municipal se compromete a facilitar, por todos os meios possíveis inclusive o de transporte, os trabalhos de fisca-

lização que venham a ser executados pela Secretaria de Obras, Terras e Viação.

Cláusula décima segunda — O não cumprimento das disposições do presente Convênio implicará a reversão das parcelas recebidas. O Governo do Estado adotará, junto ao Ministério de Educação e Saúde, as providências que forem cabíveis ao caso.

Cláusula décima terceira — É dever da Prefeitura Municipal cooperar ao Governo do Estado a construção do prédio, para os efeitos desta cláusula.

Feito em Belém, 15 de agosto de 1962.
Daniel Coelho de Souza,
Secretário de Estado do Interior e Justiça — Laísio Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal de Arariuna.

Térmo de Convênio especial celebrado entre o Governo do Pará e a Prefeitura Municipal de Arariuna, para construção de uma Escola Rural, na forma abaixo:

Aos 8 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, no Gabinete do Secretário de Estado do Interior e Justiça, presentes o respectivo titular, ltrá assinado, devidamente autorizado pela Portaria n. 57, de 2 de maio de 1952, do Exmo. Sr. General Governador e o Prefeito Municipal de Arariuna, também infra assinado, tendo em vista o plano de construções destinadas à ampliação e melhoria do sistema escolar e em obediência à cláusula nona do acordo assinado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Governo do Estado do Pará, foi firmado o presente termo de Convênio especial, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula primeira — O Governo do Estado entrega à Prefeitura Municipal de Arariuna o auxílio recebido do Governo Federal de Cr\$ 60.000,00, destinado à construção de uma Escola Rural naquele município (Retiro Graúde) consoante especifica o acordo especial citado.

Cláusula segunda — O auxílio será concedido em três (3) parcelas iguais de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), por intermédio do Departamento de Assistência aos Municípios, sendo a primeira no ato de assinatura deste Convênio, a segunda após a prestação de contas da primeira e a terceira depois da prestação de contas da segunda, devendo a Prefeitura, por ocasião da prestação de contas das segunda e terceira, comprovar com fotografias e o atestado do Coletor Estadual e do Presidente do Conselho Escolar o estado em que se encontra a obra, cabendo ao mencionado Departamento de Assistência aos Municípios organizar os processos de prestação de contas, acompanhados inclusive de fotografias dos prédios, para o fim de encaminhamento ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Cláusula terceira — As construções a serem executadas não poderão exceder de sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00). Se tal limite, no entanto, for excedido, a Prefeitura completará o dispêndio, com recursos próprios, até ultimar a construção, sendo-lhe creditada a importância correspondente, até o limite de Cr\$ 115.723,00 para amortização de seu débito de contribuições percentuais para com o Estado, até 31 de dezembro de 1950, no valor de Cr\$ 47.148,90.

Cláusula quarta — O prédio escolar deverá ser construído em terreno com área de 10.000 metros quadrados e satisfazer as condições pedagógicas e de higiene enumeradas nas especificações que acompanham o presente acordo, fazendo a Prefeitura ao Estado doação do referido terreno.

Cláusula quinta — Os trabalhos de construção deverão prosseguir dentro do prazo de trinta (30) dias contados do recebimento da segunda parcela, sob pena de perder o município o direito ao recebimento das parcelas restantes e ficar obrigado a fazer imediata restituição do que houver recebido.

Cláusula sexta — A Prefeitura localizada, em caráter permanente, Municipal compromete-se a aplicar o auxílio observado as plantas e especificações que são partes integrantes deste Contrato, na construção do prédio da Escola Rural para o ensino primário no lugar.

Cláusula sétima — Quaisquer alterações das plantas e especificações referidas na cláusula quarta, somente poderão ser feitas mediante prévia e expressa autorização do Ministro do Estado de Educação e Saúde, devendo o expediente respectivo para esse assunto ser encaminhado ao Governo do Estado, por intermédio do Departamento de Assistência aos Municípios.

Cláusula oitava — A verificação e fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Convênio caberá à Secretaria de Obras, Terras e Viação que, por seus engenheiros credenciados, fiscalizará a execução da obra, solicitando todos os informes e providências que se fizerem necessários, para o bom desempenho dessa missão.

Cláusula nona — A Prefeitura Municipal se obriga a fixar, durante o período das obras, em local bem visível, no prédio em construção com o auxílio federal, uma placa com as seguintes direções, em caracteres bem legíveis: "ESTA ESCOLA ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA COM RECURSOS FORNECIDOS PELO GOVERNO FEDERAL". Placa a ser construída, o Ministério da Educação e Saúde fornecerá placa para ser colada.

Cláusula décima — O prédio escolar construído será propriedade do Estado, que providenciara para sua instalação e funcionamento, designando-lhe professores. Este prédio nunca terá outra destinação que o de servir ao ensino e à assistência médico-escolar.

Cláusula décima primeira — Para efeito do que dispõe a cláusula décima terceira, "in-fine", a Prefeitura Municipal se compromete a facilitar, por todos os meios possíveis, inclusive o de concessão de trabalhos de fiscalização que tenham a ver com a execução pelo Secretário de Obras, Terras e Viação.

Cláusula décima segunda — O não cumprimento das disposições do presente Convênio implicará na reposição das parcelas recebidas. O Governo do Estado adotará, junto ao Ministério de Educação e Saúde, as providências que forem cabíveis ao caso.

Cláusula décima terceira — É dever da Prefeitura Municipal comunicar ao Governo do Estado a conclusão do prédio, para os efeitos da cláusula nona.

Belém, 8 de agosto de 1952.
(Ass.) Daniel Coelho de Sousa, Secretário de Estado do Interior e Justiça — Lucílio Gonçalves da Silva, Prefeito Municipal de Arapongas.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário de Estado em 18.8.52

Coletoria Estadual de Maracanã — Cliente: Arquivado.

— Ana Barros de Castro — Informe a Divisão de Despesa, sobre o requerido.

— José Guriel Praxedes (baixa de concessão de aluguel de casa) — A Divisão de Despesa, para os devidos fins.

— Alice Cabral Miranda (diferença de vencimentos) — A Divisão de Despesa, para informar.

— Indústrias Jorge Correa — A Divisão de Despesa com o despacho do Exmo. Sr. General Governador do Estado.

— Prestação de contas do Gabinete do Governador, Leide Brasileiro (conta do Abigail Amélia de Abreu Maciel), Dalva de Costa Nunes, José Nunes, Maria de Nazaré Borges de Carvalho, Norberto Lavareda, A. Ramos & Cia., Vitória Pina Marzallho, Importadora de Ferragens S.A., Armazéns Ancora, Maria Alonso de Quadros, Maurício da Silva Porteglio, Eunice de Espírito Santo Luz, Juliana Leonardo de Carvalho e Raimunda Pardoil Xavier — A Divisão de Despesa, para os devidos fins.

— Pedro Leon da Rosa — A Divisão de Receita para mandar verificar e informar emitindo parecer a respeito.

— Recebedoria de Rendas (recolha de vóditos) — A Divisão de Contabilidade, para exame e parecer.

— Elza de Lemos Manescher — Ao Sr. Diretor da Divisão de Contabilidade, para informar e opinar.

— Pedro Leon da Rosa — Encaminhe-se à S. E. I. J., com o pedido de audiência da Divisão do Pessoal.

DIVISÃO DE DESPESA TESOUREARIA

SALDO do dia 13 de agosto de 1952	2.499.539,00
Renda do dia 13 de agosto de 1952	573.227,50
SOMA	2.922.847,20
Pagamentos efetuados no dia 18.8.52	666.724,20

SALDO para o dia 18.8.52	2.316.123,10
DEMONSTRAÇÃO DO SALDO	
Em dinheiro	1.831.062,40
Em documentos	485.060,70
TOTAL	2.316.123,10

Belém (Pará), 18 de agosto de 1952.
João Santos, diretor da Div. de Despesa
A. Nunes — Tesoureiro

PAGAMENTOS

Pagamento para o dia 19 de agosto de 1952
A Divisão de Despesa da S. E. E. P. pagará na data acima, das 8 às 11 horas da manhã:

Dialetas:
Serviço de Malária e Anticorrupção

Consignações:
Pagamento de consignações de aluguel de casas, descontadas de vencimentos de funcionários.

Restituição de Montepio:
Aldeir de Oliveira Silva Lisboa, Andréia Maria Pereira, Antônio Castro, Américo Vieira Lacerda, Antônio Ramos Araújo Alves, Adelina Pinheiro Portugal da Silva, Laura de Vasconcelos Bragança Mendes, Daralva Lopes de Araújo, Daniel da Costa Carrico, Dulce Cardoso da Veiga, Edith de Araújo Costa, Thedina da Silva, Bela, Emerência Gomes da Silva, Elza Fernandes Alvares, Francisca de Oliveira Pantoja, Helena Imbriha Lisboa, Helena de Jesus Almeida, Helena de Almeida Corrêa, Irene Tavares, Joana Gomes P. Amaral, Joana Iraci Ferreira Gouvêa, Lúcia Maria da Luz, Lourival de Melo, José Ribamar Casanova, Maria Lúcia de Sousa, Maria de Nazaré Pereira Lima, Maria Jerônimo Oliveira, Maria José Araújo, Maria Nazaré Freitas, Manoel B. de Souza, Manoel Amores, Mair B. de Sousa, Neusa, Rosa da Silva, Natália Tavares, Orestina B. de Sousa, Odairinda, Rosa da Silva, Orlândia Silva, Raimunda de Moraes Oliveira, Rosália, Neusa, Rosalina, Moreira, Raimundo, Carneiro, Sebastião, Terezinha Coelho e Wilson S. Miranda.

Diversos:
Secretaria de Estado de Obras Públicas, G. E. de Ananindeua, Santa Casa de Misericórdia do Pará e Secretaria de Estado de Saúde Pública.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SENTENÇA: — Refere-se aos autos de compra de terras devolutas no Município de Ourém em que é requerente Francisco Batista da Cruz.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protestos nem reclamações;

Considerando que os pareceres dos Srs. Dr. Consultor Jurídico e Chefe do Serviço de Terras desta Secretaria são favoráveis ao requerente;

Considerando tudo o mais que dos autos consta,

resolvo deferir a petição inicial a fim de que seja expedido ao requerente o competente Título Provisório de Venda, recorrendo, "ex-offício" desta minha sentença para o Exmo. Sr. Gal. Governador do Estado.

Publique-se na I. O. e vá ao Serviço de Terras para aguardar o prazo legal de recurso.

S. O. T. V., 16 de agosto de 1952.

Claudio Lins de Vasconcelos Chaves
Secretário de Estado de Obras, Terras e Viação

EXPEDIENTE DO DIA 14 DE AGOSTO DE 1952

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário de Estado.

Petições:
1849 — Eneido Gomes de Azevedo a designação do administrador Joseph Cohen, para proceder a medição e discriminação de um lote de terras devolutas no Município de Bragança — Balcão notarial.

Ofícios:
N. 1876, do Serviço de Navegação do Estado, encaminhando portaria e relatório sobre a lancha Tomé-Açu — Encaminhe-se à S. E. P., através da qual será enviado o Sr. Diretor da Colônia Estadual de Tomé-Açu, como determinou S. Excia. o Sr. Gal. Governador do Estado.

Autos:
502 — Compra de terras devolutas no Município de Marapanim, em que é requerente Savino Brito de Almeida — Ao Serviço de Terras para designar o administrador.

1957 — Medição e discriminação no Município de Capanema, em que é discriminante Raimunda Ribeiro Gonçalves — Ao Serviço de Terras.

750 — Compra de terras devolutas no Município de Ourém, em que é requerente Francisco Batista da Cruz.

Considerando que o presente

processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que durante o seu curso não houve protestos nem reclamações;

Considerando que os pareceres dos Srs. Dr. Consultor Jurídico e Chefe do Serviço de Terras desta Secretaria são favoráveis ao requerente;

Considerando tudo o mais que dos autos consta,

resolvo deferir a petição inicial a fim de que seja expedido ao requerente o competente Título Provisório de Venda, recorrendo, "ex-offício" desta minha sentença para o Exmo. Sr. Gal. Governador do Estado.

Publique-se na I. O. e vá ao Serviço de Terras para aguardar o prazo legal de recurso.

544 — Compra de terras devolutas no Município de Igarapé-Miri, em que é requerente Teófilo Eufrásio da Silva.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protestos nem reclamações;

Considerando que os pareceres dos Srs. Dr. Consultor Jurídico e Chefe do Serviço de Terras desta Secretaria são favoráveis ao requerente;

Considerando tudo o mais que dos autos consta,

resolvo deferir a petição inicial a fim de que seja expedido ao requerente o competente Título Provisório de Venda, recorrendo, "ex-offício" desta minha sentença para o Exmo. Sr. Gal. Governador do Estado.

Publique-se na I. O. e vá ao Serviço de Terras para aguardar o prazo legal de recurso.

768 — Compra de terras devolutas no Município de Nova Timbóia, em que é requerente Teresa Maria Sodré.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protestos nem reclamações;

Considerando que os pareceres dos Srs. Dr. Consultor Jurídico e Chefe do Serviço de Terras desta Secretaria são favoráveis ao requerente;

Considerando tudo o mais que dos autos consta,

resolvo deferir a petição inicial a fim de que seja expedido ao requerente o competente Título Provisório de Venda, recorrendo, "ex-offício" desta minha sentença para o Exmo. Sr. Gal. Governador do Estado.

Publique-se na I. O. e vá ao Serviço de Terras para aguardar o prazo legal de recurso.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário de Estado.

Processos:
Em 11.8.52

4180 — Ofício n. 527, da Divisão do Pessoal — A Diretoria Técnica, para registrar os títulos juntos e encaminhá-los à seção do Registro e Cadastro Escolar.

4117 — Cristina Yvone Alves Nakano — Chame-se a requerente, para fazer a prova de idade.

4130 — Ofício n. 707, da Assembleia Legislativa do Estado — Ao S. E. P., para juntar os esclarecimentos solicitados.

4155 — Raimunda Gomes do Rosário Pissinell — A inspeção de saúde.

4193 — Ofício n. 1047, da S. E. P. — A seção do expediente para os devidos fins.

4191 — Carmen Mesquita Brito — Deferido.

4133 — Creusa Pinto da Silva — Ao fichário para juntar a cópia da ficha de assentamentos da requerente.

4186 — Maria do Carmo R. Ferreira — A seção do expediente, para informar.

4185 — Maria Rocha de Souza — A seção do expediente para informar.

4184 — Maria José G. Sousa — Ao fichário para juntar a cópia da ficha de assentamentos da requerente.

4183 — Maria Madalena B. Castro — Encaminhe-se ao Exmo. Sr. Gal. Governador do Estado.

4171 — Maria Alves de Souza — Ao Presidente do Conselho Escolar do Município de Inhangapi, para informar porque só agora a professora Maria Alves de Souza reabriu as aulas da escola de sua residência.

4174 — Dulcimar Teixeira — Ao fichário e Cadastro escolar, para informar se foi atendido o pedido da missivista.

4173 — Ofício n. 50, da Prefeitura Municipal de Abaetetuba — A seção de estatística educacional.

4172 — Ofício n. 51, da Prefeitura Municipal de Chaves — A

seção de estatística educacional, para os devidos fins.

2763 — Ofício n. 81, da Prefeitura Municipal de Castanhal — Dê-se ciência aos interessados da informação prestada pelo Presidente do Conselho Escolar do Município de Castanhal.

4170 — Aurora dos Remédios Silva — Sim. Faça-se a apostila no título de nomeação da requerente e comunique-se à D. P., a S. E. F. e ao Presidente do Conselho Escolar do Município de Butarú.

4070 — Maria Antonieta Bastos Falcão — Encaminhe-se à D. P., por intermédio da S. I. J.

4189 — Lindalva Ferreira de Souza — Deferido, nos termos do art. 193 da Constituição Federal. Ao fichário e Cadastro escolar.

4176 — Luiza Januário dos Santos — Submeta-se à inspeção de saúde.

4177 — Anazilda Carrera Cardoso — A inspeção de saúde.

4187 — Elba Pereira Costa — A inspeção de saúde.

4196 — Alda Natália G. Santos — A inspeção de saúde.

Ofícios:

N. 293, da S. I. J. — Ao Conselho Educacional do Estado, para opinar.

— S. n. de Ana Maria da Silva Costa — Ao fichário.

— S. n. de Eufrásia Monteiro da Silva — Ciente. A 2.ª seção e ao fichário, para as devidas anotações.

Processos:

Em 13/8/1952

4205 — Maria de Jesús Trindade Palheta — A inspeção de saúde.

4201 — Maria de Lourdes Saldaña — A inspetoria escolar.

4192 — Ofício n. 1921, desta SEC — Ao fichário para dizer sobre a exoneração de Leonice de Jesus Souza.

4115 — Renato Frota Aguiar — Deferido.

4093 — Wilson Braga de Mendonça — Certificou-se em termos.

4204 — Lúcia Campos Ferreira — Submeta-se à inspeção de saúde.

4203 — Ofício n. 120, do C. E. P. C. — Encaminhe-se à S. E. F.

4202 — Ofício n. 119, do C. E. P. C. — Encaminhe-se à S. E. F.

4198 — Ofício n. 20, do G. E. Sílvia Nascimento — Ciente. A 2.ª seção e ao Fichário.

4206 — Ofício n. 1670, da S. S. P. — A seção do expediente, para os devidos fins.

4138 — Ofício n. 271, do Instituto Lauro Sodré — Aguardar aprovação para o orçamento de 1953.

Itacurugá, cerca de 10 quilômetros, central, medindo 1.500 metros de frente por 2.000 metros de fundos, limitando-se pela frente, com águas do braço esquerdo do riacho Apehi-Grande; pelo lado de cima, com terras que ocupa o lavrador Raimundo Benevenuto de Carvalho; pelo de baixo, com terras devolutas, e pelos fundos com águas do igarapé Manoel dos Santos, pela sua esquerda sendo que as terras descritas são atravessadas pelo riacho Apehi-Grande, que, no verão, fica assinalado por vários pedras.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado, por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Abaetetuba.

Serviço de Terras da Secretaria de Viação do Pará, 25 de julho de 1952. — O Escriturário classe O, João Motta de Oliveira. (T-3581-19 e 29/8 e 7/9-Cr\$ 120,00)

Compra de terras
De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta seção, faço público que por Donatila Alves do Rosário, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 15ª Comarca, 39º termo, 39º Município e 107ª Distrito, com as seguintes indicações e limites: A dita sorte de terras está situada no sítio "Boca Esperança" Município de Maracanã, fazendo frente para o nascente e para o Rio Choacaré, lado direito com o Rio Ferrogente, lado esquerdo com o terreno de Cipriano de Sousa e pelos fundos com o Rio Sem Nome, medindo 1.100 metros de frente por 1.100 metros de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado, por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado, naquele Município de Maracanã.

Serviços de Terras da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação do Pará, 18 de agosto de 1952. — O Oficial, João Motta de Oliveira. (T-3579-19 e 29/8 e 7/9-Cr\$ 120,00)

Compra de terras
De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Cândido Ramos de Assis, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 23ª Comarca—Vigia, 56º termo, 58º Município, São Caetano de Odivelas e 152ª Distrito, com as seguintes indicações e limites: A dita sorte de terras está situada no Rio Mocajuba, limitando-se pela frente com terras demarcadas de Pedro Antônio Soares, pelo lado direito com terras de Raimundo Saundes, pelo lado esquerdo com terras do Estado, pelos fundos com terras demarcadas de Honório Aires Pereira. O terreno dista do Rio Mocajuba mais ou menos três mil e trezentos (3.300) metros, sendo assim central e tem a forma de um triângulo, medindo pela frente mil (1.000) metros, pelo lado direito mil e quinhentos (1.500) metros, pelo lado esquerdo dois mil (2.000) metros ou o que der.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado, por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele Município de São Caetano de Odivelas.

Serviços de Terras da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação do Pará, 18 de agosto de 1952. — João Motta de Oliveira, oficial. (T-3578-19, 29/8 e 7/9-Cr\$ 120,00)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Chamamento

Pelo presente edital de chamamento, fica notificada Dona Benedita Pastana da Silva, ocupante do cargo de professor de escolas auxiliares do interior, padrão B, do Quadro Único, para dentro do prazo de vinte (20) dias a contar da data da primeira publicação deste,

no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo no lugar Igarapé-Açu, do Jaboticaba, Município de S. Domingos do Capim, sob pena de findo o prazo e não tendo sido feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do Decreto-lei n. 3.902 de 28-10-1941 (EFPE). Eu, Maria de Lourdes Moreira, respondendo pela Chefia de Expediente da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, autizei o presente edital e traço do mesmo cópia para ser publicada no DIÁRIO OFICIAL em 20 de julho de 1952. — (a) José Cavalcanti Filho, resp. pelo exp. da SEC. (G—Dias 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30 e 31/8; 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10/9)

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS
PROCURADORIA FISCAL

Pelo presente edital a Procuradoria Fiscal do Estado abre concorrência para a venda da embarcação "Dias da Silva", como abaixo se declara.

De ordem do Exmo. Sr. General Governador do Estado fica, pelo prazo de vinte (20) dias a contar desta data, aberta concorrência para a venda da embarcação "Dias da Silva" do Patrimônio Estadual.

Os interessados deverão apresentar suas propostas em envelopes lacrados, dirigidos ao Sr. Dr. Procurador Fiscal do Estado, com as indicações: "Concorrência para a venda da embarcação "Dias da Silva", e obedecendo o seguinte:

a) Os pretendentes deverão apresentar prego para a embarcação "Dias da Silva";

b) as firmas dos concorrentes deverão ser reconhecidas por tabelião;

c) a venda será processada após a aprovação das ofertas pelo Exmo. Sr. General Governador do Estado, das propostas que tiverem dado entrada nesta Procuradoria Fiscal, dentro do prazo estipulado no presente edital;

d) a embarcação será entregue ao concorrente que lhe oferecer melhor vantagem para o Estado, e no local onde a mesma se encontra;

e) o pretendente cuja proposta for aceita ficará obrigado a receber dentro do prazo de vinte e quatro (24) horas, após a aceitação, o total da quantia oferecida, na tesouraria da Recebedoria de Rendas do Estado;

f) o vencedor da presente concorrência ficará com a responsabilidade do transporte da embarcação, sendo que a mesma só poderá ser efetuado com a apresentação da guia de recolhimento e pagamento da compra, guia esta que será feita por esta Procuradoria Fiscal;

g) a embarcação "Dias da Silva" poderá ser examinada pelos interessados no Curro Velho, às proximidades dos estaleiros do mestre "Afonso", nesta capital, onde se encontra;

h) o Governo do Estado, usando de suas atribuições, poderá por medida de necessidade pública, anular e renovar a presente concorrência.

Para outros esclarecimentos, deverão os interessados procurar a Procuradoria Fiscal do Estado do Pará, 1 de agosto de 1952. — (a) Lauro de Sá Pereira, oficial administrativo. (G—Dias 2, 8 e 19/8)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Chamamento

Pelo presente edital fica notificada D. Leticia Maria Consentani Guimarães, ocupante do cargo de professor de 2.ª entrância — padrão E, para, dentro do prazo de vinte (20) dias, a contar da data da primeira publicação deste, no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo no grupo escolar de Faro, onde é lotada, sob pena de, findo o referido prazo e não tendo sido feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão, nos termos do Decreto n. 3.902, de 28-10-41 (E. F. P. E.). Eu, Maria de Lourdes Moreira, respondendo pela Chefia de Expedien-

EDITAIS

ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta seção, faço público que pelo Sr. Antônio Carmo da Silva Maia, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 6ª Comarca, 14º termo, 14º Município "Acará", e o 33º Distrito, com as seguintes indicações e limites: A dita sorte de terras está situada à margem direita do rio Miratipitanga, a começar pela parte de baixo, com o igarapé "Boca do Lago" subindo rio acima, até o igarapé "Urucure", pelos fundos com terras devolutas, fazendo frente, pela margem do rio já mencionado, e mede pouco mais ou menos 2.000 metros de frente por 2.500 metros de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Serviço de Terras da Secretaria de Estado, de Obras, Terras e Viação do Pará, 28 de julho de 1952. Visto — João Motta de Oliveira. (T-3468—29/7, 9 e 19/8-Cr\$ 120,00)

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta seção, faço público que pelo Sr. Vitor Pinheiro do Rosário, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 7ª Comarca, 16º termo, 16º Município — "Capanema" e 45º Distrito, com as seguintes indicações e limites: A dita sorte de terras denominada "Braço Grande" está situada na zona da Vila Tauari, à margem esquerda do lago Segredinho, medindo 250 metros de frente, por 1.000 metros de fundos, onde o requerente tem casa de residência e benfeitorias inclusive arvoredos frutíferas e lavoura, limitando-se o lote, pela frente, com terras do lavrador Antônio Batista, do lado direito, com o igarapé braço grande, e pelo lado esquerdo, com o igarapé "Lenheiro", e pelos fundos, com o lago "Segredinho".

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Es-

tado, naquele Município de Capanema.

Serviço de Terras da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação do Pará, 27 de julho de 1952. Visto — João Motta de Oliveira. (T-3469—29/7, 9 e 19/8-Cr\$ 120,00)

Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que pela Sra. Leticia de Oliveira Nunes, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 20ª Comarca, 50º termo, 50º Município—Obidos e 131º distrito, com as seguintes indicações e limites: A dita sorte de terras está situada à margem esquerda do riacho "Arara", tributário com o riacho Solidãozinho do igarapé Solidão Grande, pela direita deste, medindo 3.000 metros de frente, por 3.000 metros de fundos, central, distante aproximadamente da margem esquerda do Amazonas, cinquenta e seis quilômetros (56k.), limitando-se, pela frente, com águas do dito Riacho "Arara" por uma linha quebrada a contar do cabeço de pedra escura, pouco acima da junção ou confluência das águas do dito riacho com as do "Solidãozinho", subindo; pelos lados de cima, de baixo e dos fundos, com terras devolutas e desocupadas, na zona conhecida por "Novo-Giro".

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Mesa de Renda do Estado, naquele Município de Obidos.

Serviços de Terras da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação do Pará, 25 de julho de 1952. — O Escriturário classe O, João Motta de Oliveira. (T-3580-19 e 29/8 e 7/9-Cr\$ 120,00)

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que pelo Sr. Carlos Lira do Couto, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 1ª Comarca, 1º termo, 1º Município—Abaetetuba e 1º Distrito, com as seguintes indicações e limites: A dita sorte de terras está situada à margem direita do braço esquerdo do riacho Apehi-Grande, que atravessa o mesmo lote e tributário do rio Mojú, pela sua esquerda, distante da margem direita do rio

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.

BALANCETE EM 31 DE JULHO DE 1952

(Compreendendo Matriz e Agências)

— A T I V O —		— P A S S I V O —	
A—Disponível		F—Não exigível	
Caixa		Capital	150.000.000,00
Em moeda corrente	7.992.816,30	Fundo de Reserva Legal	14.903.724,60
Em depósito no Banco do Brasil....	13.630.229,40	Fundo de Previsão	101.077.142,40
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito	1.684.381,10	Outras reservas	296.463.543,80
	23.307.426,80		562.444.410,80
B—Realizável		G—Exigível	
Empréstimos em C/		Depósitos	
Corrente	234.432.441,10	à vista e a curto	
Empréstimos Hipotecários		prazo	
.....	29.404.909,30	de Poderes Públicos	3.849.213,50
Títulos Descontados	89.717.633,40	de Autarquias	25.674,00
Letras a Receber		em c/c sem limite	19.351.774,50
de c/própria	3.922.354,60	em c/c limitadas	9.251.410,80
Agências no País	633.863.777,90	em c/c populares	4.540.235,10
Correspondentes no		em c/c sem juros	5.889.162,70
País	94.628,70	em c/c de aviso	75.487,90
Outros créditos	424.296.042,00	Outros depósitos	1.083.181,90
	1.415.731.787,00		44.066.140,40
Imóveis		a prazo :	
.....	1.284.633,30	de Poderes Públicos	1.682.940,80
Títulos e Valores Mobiliários :		de Diversos :	
Ações e Debêntures	3.016.000,00	a prazo fixo	2.016.754,70
	1.420.032.420,30		3.699.695,50
C—Imobilizado			47.765.835,90
Edifícios de uso do Banco	17.185.122,70	Outras responsabilidades	
Móveis e Utensílios	7.582.737,30	Obrigações Diversas	97.340.053,50
Material de Expediente	2.223.197,70	Agências no País	539.666.417,20
	26.991.057,70	Correspondentes no País	1.627,10
D—Resultados Pendentes		Ordens de Pagamento e outros créditos	143.822.007,90
Juros e Descontos	280.640,70	Dividendos a Pagar	44.598.382,70
Impostos	147.673,40		825.428.488,40
Despesas Gerais e Outras Contas ..	3.181.235,20		873.194.324,30
	3.609.549,30		
E—Contas de Compensação		H—Resultados Pendentes	
Valores em Garantia	288.837.315,70	Contas de resultados	38.301.719,00
Valores em Custódia	92.778.833,00	I—Contas de Compensação	
Títulos a receber de c/Alheia	113.164.483,80	Depositantes de valores em garantia e em custódia	381.616.148,70
Outras Contas	423.507.307,70	Depositantes de Títulos em cobrança no País	113.164.483,80
	918.287.940,20	Outras Contas	423.507.307,70
			918.287.940,20
	2.392.228.394,30		2.392.228.394,30

Belém, 31 de julho de 1952.

NOTA — Na verba "Outros Créditos" está incluído o valor da borra-cha adquirida e em estoque : Cr\$ 259.768.939,30.

GABRIEL HERMES FILHO
PresidenteJosé Castanheira Iglésias
Chefe do Dep. Geral de Fiscalização e Contabilidade — Reg. n. 68.164 — CRC n. 348

((Ext—Dia 19/8)

Diário da Justiça

DO ESTADO DO PARA

ANO XIX

BELEM — TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1952

NUM. 3.503

FORUM DA COMARCA DE BELEM

EXPEDIENTE DOS DIAS 11, 12, 13 e 14 DE AGOSTO DE 1952
Juiz de Direito da 1.^a Vara
Juiz — Dr. ANIBAL FONSECA DE FIGUEIREDO

No requerimento de Maria Al-
faia da Mota Araújo — Mandou
citar.

Escrivão Pépes:
Arrolamento de Davi Tomaz de
Sousa — Julgou por sentença a
adjudicação.

No requerimento de Cássio
Reis Viana — Deferido.

Pagamento de imposto de
transmissão "causa mortis": Re-
querente, Angelo Matos Guerra;
Requerida, a herança de Clemente
Inácio Gomes — Julgou por sen-
tença o cálculo.

Arrolamento de Lucinda
Louro Vieira — Digam os inte-
ressados.

No requerimento de Jaime
Pazuelo — Mandou citar.

Idem de Franco Ferreira &
Cia. — Mandou citar.

Idem de José Henriques
Danin — Mandou citar.

Idem de Newton Corrêa Vi-
eira — Mandou citar.

Juiz de Direito da 2.^a Vara
Juiz — Dr. JOAO BENTO DE
SOUSA

No requerimento de Joana
Amoras de Carvalho — Mandou
dar vista ao Dr. Curador de Aci-
dentes do Trabalho.

No requerimento de Ar-
mando Moraes Barbosa — Man-
dou juntar aos autos.

Mandado de segurança:
Impetrantes, Azevedo Silva &
Cia. e outro; Impetrado, o Sr.
Inspetor da Alfândega — Concede-
u a suspensão liminar do ato
impugnado.

Idem, por Armando Mo-
rais Barbosa de Amorim — Idên-
tica decisão.

Reajustamento de dívida:
Requerente, Francisco e Silva
Feio; Requerido, o Banco do
Brasil S. A. — Vista às partes.

Juiz de Direito da 3.^a Vara
Juiz — Dr. SADI MONTENEGRO
DUARTE

No requerimento de José Otero
Perez — Deferido.

Escrivão Leão:
Ação ordinária: A., Casemiro
Pacheco Moreira; R., Corina
Mota — Designou o dia 22, às
10 horas, para a audiência de ins-
trução e julgamento.

Inventário de Emilio Guiães
de Barros — Ao cálculo.

No requerimento de José
Pereira da Silva — Mandou to-
mar por termo o protesto.

No requerimento de José
Pereira da Silva — Mandou to-
mar por termo o protesto.

Cominatória: AA., João
Vicente de Lima e outros; R.,
Júlia Abreu e outra — Mandou
que os autos subam à Instância
Superior.

Inventário de Djalma da
Costa Machado — "Tomando co-
nhecimento dos pedidos de fls.
88 e 90, resolvo: a) deferir o
primeiro, para arbitrar em cinco
por cento (5%) os honorários do
advogado que funcionou como
procurador judicial de todos os

herdeiros; b) indeferir o segundo,
porque, além de não ser regular
o pedido pela maneira pela qual
foi feito, nenhuma prova foi
apresentada sobre o alegado ali.
E assim resolvendo, mando seja
reformada a partilha para dedu-
ção, do monte partível, da impor-
tância dos honorários arbitrados,
sendo, em seguida, reformada a
conta de fls. 88 v. a 89, para o
mesmo fim, sito é, inclusão dos
citados honorários. Intime-se e
aguarde-se a procuração de que
fala o telegrama de fls. 90".

Despejo: A., Maria Perez
& Perez; R., Chafic Abinader —
A conta.

No requerimento de Ene-
dina Laura Dumiense Raiol —
Deferido.

Idem do Banco da Borra-
cha — Deferido.

Idem de Mariano Marcolini
da Rocha — Conclusos.

No requerimento da Caixa
Econômica Federal do Pará —
Mandou juntar.

Ação executiva: A., José
Alves Farinha; R., Carlos Bor-
ges — Mandou publicar edital de
venda em hasta pública.

Inventário de Antônio da
Silva Bastos — Diga a inventa-
riante.

Núnciação de obra nova:
A., Jaime Dacier Lobato; R.,
Frits Galante e sua mulher — Re-
cebeu a apelação em ambos os
efeitos.

No requerimento de Jus-
tino de Queiroz Lima — Deferido.

Extinção de usufruto: Re-
querente, Aurelina Martins de
Castro Frade — Mandou juntar
em petição despachada.

Testamento de Maximina
Paiva de Carvalho — A conta.

Idem de Bernardino de
Magalhães Pereira — A conta.

Idem de Adriano Augusto
dos Santos — Julgou a partilha.

No requerimento de Fran-
cisco Milhomens de Alencar —
Deferido, ficando desde já arbi-
trados em Cr\$ 500,00 os honorá-
rios do advogado.

Idem de Africana, Tecidos
S. A. — Deferido.

Idem de Alice Lobato Ca-
bral — Deferido.

Despejo: A., A. R. Azeve-
do; R., Melquides Santana —
Mandou que os autos subam à
Instância Superior.

Vistoria: R. Roberto Fa-
rid Elias Massoud; R., Belisário
Dias e Raimundo Santos Veris-
simo — Designou o dia 21, às 10
horas, para ser ouvida a teste-
munha.

No requerimento de Horá-
cio Farias Coelho — Deferido.

Inventário de Ana de Bar-
ros Lobo e seu marido — Julgou
o cálculo.

No ofício do Banco da Bor-
racha — Mandou juntar aos
autos.

Juiz de Direito da 4.^a Vara
Juiz — Dr. JOAO TERTULIANO
D'ALMEIDA LINS

No requerimento de Produtos
Vitória — Deferido.

Idem de Lourenço Pereira
da Silva — Deferido.

Arrolamento de Casemiro
Rodrigues Merca — Mandou ofi-
ciar a Delegacia do Imposto sobre
a Renda.

Idem de Josefina Alves da
Costa — Ao Contador.

Consignação: A., Ferdi-
nando Pereira Lima; R., W.
Wladirson — Mandou intimar o
réu.

Ação ordinária: A., An-
tero Corrêa & Cia.; R., Antônio
Moraes — A cartório.

Inventário de Heitor Fer-
reira Bastos — Julgou feito o
inventário.

No requerimento de S.
Araújo & Cia. — Conclusos.

Notificação: Requerente,
Miguel Gomes Passos — Mandou
entregar os autos.

Reintegração de posse: A.,
Claudimiro Floresta de Paula; R.,
Tibúrcio de Albuquerque — Man-
dou que o escrivão informe por
quem lhe foram devolvidos os
autos.

Juiz de Direito da 5.^a Vara
Juiz — Dr. ALVARO PAN-
TOJA

No requerimento de Maria Emi-
lia dos Santos Vasconcelos —
Mandou tomar por termo.

Alimentos: A., Rute Mon-
teiro Marinho; R., Pedro de
Sousa Marinho — Designou o dia
17 de setembro, às 10 horas, para
a audiência de instrução e julga-
mento.

Agravo de instrumento:
Agravante, Antônio Paes; Agra-
vados, Ana Alves Paes e sua
filha — Manteve a decisão agra-
vada e mandou remeter os autos
à Instância Superior.

Alimentos: A., Noêmia
Cavalcante Ferreira; R., João
Giusti Ferreira — Designou o dia
15 de setembro, às 10 horas, para
a audiência de instrução e julga-
mento.

Idem: A., Olinda da Silva Sa-
les; R., Alfredo Sales Filho —
Homologou a desistência da ação.

Reclamação feita por Manoel
Pais Cardoso — Vista às partes.

Investigação de paternida-
de: A., Sebastiana Moreira da
Silva; R., Pedro da Costa Nunes
— Designou o dia 12 de setem-
bro, às 10 horas, para a audiên-
cia de instrução e julgamento.

Reclamação feita por Ma-
ria de Araújo Furtado — Desig-
nou o dia 21 do corrente, às 9
horas, para a audiência devida.

Alimentos: A., Maria Lui-
za dos Santos Conceição; R.,
Emiliano Conceição — Idem, dia
22, às 9 horas.

Alimentos: A., Hilda Brito
Sousa; R., Anastácio Farias de
Sousa — Idem, dia 25, às 9
horas.

Alimentos: A., Júlia San-
tos Oliveira; R., Antônio José
de Oliveira — Idem, dia 26, às
9 horas.

Alimentos: A., Joana Cla-

risse de Jesus; R., Arnaud Be-
zerra Franco — Designou o dia
16 de setembro entrante, às 10
horas, para a audiência de ins-
trução e julgamento.

No requerimento de Maria
Júlia da Silva Marques — Man-
dou citar.

Reclamação feita por Be-
larmina Fialho do Nascimento —
Mandou seja satisfeito o solicita-
do pelo M. Público.

Alimentos: A., Irene Fro-
ta Costa; R., Manoel Belarmino
da Costa — Diga o Dr. C. Geral.

Desquite litigioso: A., Pau-
lo Francisco de Medeiros; R.,
Nazaré Ferreira Barbosa de Me-
deiros — Diga o Dr. C. Geral.

Juiz de Direito da 6.^a Vara
ac. pelo titular da 1.^a
Juiz — Dr. ANIBAL FONSECA
DE FIGUEIREDO

Mandado de segurança: Impe-
trante, Clodoaldo Martins Leite;
Impetrado, o Sr. Dr. Prefeito
Municipal de Belém — Manteve
o despacho agravado e mandou
que os autos subam à Instância
Superior.

Idem por Armino Barjo-
na de Miranda — Idêntica de-
cisão.

Idem por Severino Mar-
tins de Sousa Franca — Idêntica
decisão.

No requerimento de Adrião
do Nascimento Ferreira — Deferido.

Inventário de Maria Tere-
za Rita — Mandou tomar por tér-
mo a ratificação da partilha.

Arrolamento de Abílio Vi-
eira — Barbosa — Digam os in-
teressados.

Idem de Ivoni Corrêa de
Moraes — A cartório.

Ação executiva movida pela
Prefeitura de Belém contra Je-
rônimo Pereira Gonçalves Júnior
— Mandou publicar editais de ci-
tação pelo prazo de 60 dias.

Comisso: A., a Prefeitura
de Belém; R., Guilherme Mon-
teson — Designou o dia 14, às
10 e meia horas, para a audiên-
cia de instrução e julgamento.

Idem contra Hermenegilda
de Barros Lago e seu marido —
Nomeou Curador à lide o Dr.
Armando Hesketh.

Idem contra Felícia An-
dreoci — Idêntico despacho.

Idem contra Amália Au-
gusta Mendes Chermont — Idên-
tico despacho.

Inventário de Matilda da
Silva Gouveia — Mandou arqui-
var.

Alteração de nome: Reque-
rente, Raimunda Barbosa Canelas
— Mandou justificar.

Retificações: Requerente,
Dorvinda Chagas — Deferiu.

Idem por Osvaldo Paz de
Rezende e Silva — Idêntica de-
cisão.

Notificação: Requerente,
Dr. Daniel Coelho de Sousa; Re-
querido, Mário Pacheco — Man-
dou entregar os autos ao notifi-
cante.

Manutenção de posse: A.,
João Murça Pires; R., Oscar e
Paulo Begot — Diga o autor.

Ação ordinária: AA., Car-

—Morte: D. Maria, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583,

— Idem de Pires Guerreiro &
Cia. — Marquon citar.

Eu, Raymundo Honório da
da Silva, oficial de casamentos
esta capital, tendo recebido e
que eu faço publicar, afirmando
e publicar de estimo pelo prazo
de, data e assino com o rubrica de
este lugar, em — Raído Honório.
T-3375—19 e 238—CrS 40,00)

(G—Dias 19 e 31 8 e 18 9)

Doutor João Teófilo de Almeida Lima, juiz de direito da quarta vara civil da Comarca do Belfm, Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil.

rá vendido em Hástá Pública, pelo porteiro dos Auditórios, nos autos cíveis de ação executiva por duplicatas, que a firma desta praça, Carvalho & Companhia Limitada move contra a firma A. F. da Costa e que se acha penhorado, o seguinte imóvel:—Terreno com edificação térrea e antiga, própria para mercearia, açougue e residência, com as paredes principais de tijolos, tendo as das frentes platibandas e as demais de enchimento, coberta de telhas e o chão mosaica-do nesta cidade de Belém sito à Rua Doutor Malcher, coletado sob os ns. 345 e 347, por onde tem quatro portas de frente e mede 10m,10, fazendo ângulo com a Avenida Almirante Tamandaré e é coletado sob o n. 32, por onde tem três portas e quatro janelas de frente e mede 29m,60 tendo ainda quintal de regular tamanho, confinando pela rua com o imóvel n. 343, de quem de direito e por outro lado, com a referida avenida, avaliados em Cr\$ 60.000,00.

O arrematante pagará à banca o preço da arrematação, assim como as comissões do escrivão e do porteiro, as custas e a respectiva Carta.

É esta afixado à porta dos Auditórios e publicado no Diário de Justiça e na imprensa desta Capital. Dado e passado nesta cidade do Belém do Pará, aos 11 de agosto de 1952.

Eu, João Manoel da Cunha
Pépos, escrevôo que dactilo-
grafei e subscrevo. — (a) João
Corrêlano de Almeida Lima.

(Ext. 19|8|52)

PROCLAMAS

Apresentaram os documentos exibidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de e...
pítel, perante o...
Oficial de domicílio e residência do
nubente para fins legais, datar e
assinou com a... de que faço
uso. — Raimundo Honório
(3549—12 e 103—CrS 40,00)

Ele é ser solteiro, natural do Território do Acre, comerciante, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Dr. Rodrigues dos Santos n.º 2, foneo com Francisco Januário do Assis e de Rosa Francisca Melo do Oliveira Assis.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, branca, imortalizada, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Apinagés n. 20, filho de Nélito Cardozo de Pina e de Dona Emília Martins de Pina.

exigidos por lei em devida forma para que se n. l. legal ti. or. conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 11 de agosto de 1952.

E em Salomão Honório da Silva, oficial de esquadras nesta Capital, data e assina com a rubrica de quem faz uso. — Valde Honório.
(11-3548-12 e 193—Cr\$ 40.00)

Fago saber que se pretendem casar o Sr. Odeiriz Carneiro do Couto e a senhorinha Archangela Vieira Neves.

Éle diz ser solteiro, natural do Pará, aposentado, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Afonso Costa n. 939, filho de Rigoberto Trindade do Couto e de Dona Alzira Damasceno do Couto.

Ela é também solteira, natural do Pará, São José, prendas democráticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Curuzú n.º 160, filha de Benedito Vieira Neves e de Lina Rosa de Sousa Neves.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer

C. — Balduino Honório da Silveira, Oficial de casamentos nesta Capital, dá o ordeno com a rubrica de que discorre. — Baldo Honório.
(C. — 3537 — 12 e 19 2 — Cr\$ 40 00)

Faço saber que se pretendem
casar o Sr. Cruz Vieira de Maun-
tando e a senhorinha Tereza
Mendes Xavier.

Ele diz ser solteiro, natural do Para, Sotomayor, auxiliar de tratamento, domiciliado nesta cidade e residente A Graça, 9 da Janeiro. Mãe Irmã e o filho de Elencinda Barbosa do Nascimento e do D. Sr. Salustiano Vieira de Nogueira.

Fila 6 também, solteira, natural do Para, Ananás, prendas domésticas, família de meia cidade e residência à Av. São Francisco n.º 209. Filha de José Manoel Xavier e de Maria Beltrami da Oliveira Xavier.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se ninguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, em 1.º de agosto de 1932

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica da qual faço fé. — Págoa, 19 de maio de 1914.

Faço saber que se pretendem
vender a 1/2 Confido Guerreiro
Chimballo e o senhorinho Guido
Machado de Almeida.

Dr. Almeida, natural do Pará, Criminalista, especialista de aviação, domiciliado nesta cidade e representante da Associação Brasileira de Defesa da Aviação, Dr. Antônio Baster de Oliveira, Advogado e da Barra

Tia. Também colheira natural
de E. r. B. r. Professora por-
tuguesa, detida em parte cidade

Dr. Conselheiro Fur-
tado n. 122, filha do Dr. Casimiro
da Costa Aguiar e de Dona Irô.

Apresentaram os documentos
existidos na 1ª e 2ª Jorinda e uma
pelo que se possam tiver conhe-
cimento da existência de qual-

...a cidade de
Tubana, Município do Estado do Pará,
por 11 de Agosto de 1973.

(U-857)—19 e 20 3—CxB 40-00

CARTA DE PROCLAMAS
 Tendo visto que se pretendem
 fazer a Sr. Uiracian de Aguiar e
 a Sr. Maria de Lourdes
 de Aguiar.

Ele diz ser solteiro, natural de
Pará, brasileiro, domiciliado e re-
sidente em Belém, Estado do Pará,
à Trav. 14 de Março, Villa Floris

CAUSE OF PROCLAMAS

Logo depois que se pretendem
para o Sr. Winston de la Har e
a Sra. Maria de Lourdes
Pereira.

Ele diz ser solteiro, natural de
Pará, brasileiro, domiciliado e re-
sidente em Belém, Estado do Pará,
à Trav. 14 de Março, Villa Floris



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO III

BELEM — TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1952

NUM. 460

Ata da setuagésima quarta sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado do Pará

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas e dez minutos, no salão de sessões da Assembléia Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Abel Martins, Armando Mendes, Augusto Corrêa, Carlos Menezes, Francisco Bordalo, Humberto Vasconcelos, José Maria Chaves, José Jacinto Aben-Athar, José Mendonça Vergolino, Licurgo Peixoto, Paulo Itaguai, Rui Barata, Silvio Braga, Américo Lima, Ismael Araújo, João Camargo, João Menezes, Pereira Brasil, Rui Mendonça, Pedro Paes, Silvio Meira, Cunha Coimbra, Efraim Bentes, Romeu Santos, Reis Ferreira e Imbiriba da Rocha, o Senhor Presidente Abel de Figueiredo, secretariado pelos Senhores Deputados Wilson Amanajás e Carlos Menezes, constatando haver número legal, deu início aos trabalhos, mandando proceder à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. O Expediente constou do seguinte: ofício do Senhor Governador do Estado encaminhando a esta Casa o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a subscrever a importância de duzentos e cinquenta mil cruzeiros para constituição da Sociedade Anônima de Economia Mista Companhia de Plantação de Cacáu do Tocantins; ofício do Senhor Secretário do Interior e Justiça comunicando haverem sido sancionados os projetos de lei números quarenta e cinco, quarenta e sete, quarenta e oito, quarenta e nove, cinquenta e cinquenta e dois, desta Assembléia; ofício do Senhor Secretário do Interior e Justiça restituindo o projeto de lei número cinquenta e um, desta Casa, vetado pelo Senhor Governador do Estado; ofício do Senhor Governador do Estado encaminhando a esta Assembléia o projeto de lei que abre o crédito suplementar de quinze milhões quatrocentos e setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e oito cruzeiros, para reforço de diversas verbas da lei de meios em execução; ofício do Senhor Secretário do Interior e Justiça, em nome do Senhor Governador do Estado, restituindo, devidamente informado, o expediente desta Casa, relativo ao crédito especial de trinta mil cruzeiros aberto para iniciar a organização da Biblioteca Pedagógica Especializada, e a verba de cem mil cruzeiros, destinada à compra de livros para a Biblioteca e arquivo Público; ofício do Senhor Secretário do Interior e Justiça, em nome do Senhor Governador do Estado, encaminhando a esta Casa os esclarecimentos prestados pelas Secretarias de Saúde e Finanças, quanto ao que requereu Isabel Carolina de Araújo Rodrigues, assunto do ofício número quinhentos e sessenta, desta Assembléia; ofício do Senhor Secretário do Interior e Justiça, comunicando haver o Senhor Governador do Estado vetado o artigo primeiro do projeto de lei número

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

cinquenta e três, desta Assembléia, a circular do Senhor Carlos Lucas de Sousa comunicando haver assumido o exercício do cargo de Prefeito Municipal de Belém, em virtude do impedimento do titular efetivo. O primeiro orador da Hora do Expediente foi o Senhor Deputado Augusto Corrêa, que leu um telegrama que recebereira do Senhor Mário Sueupira, comunicando-lhe ocorrências verificadas na cidade de Capanema, onde teve cortada a energia elétrica de sua residência, por ordem do prefeito daquele município. O orador denunciou o Prefeito Raimundo Neves, dizendo que não se responsabilizava pela reação que pudesse surgir, e que amanhã o referido gestor não viesse dizer que estava sofrendo violências por parte de elementos governistas. Ainda com a palavra, apresentou um requerimento no sentido de ser solicitado ao Senhor Governador do Estado mandar o Departamento de Estradas de Rodagem verificar a possibilidade de ligar a cidade de Anhangá a Castanhal por uma rodovia, à margem da Estrada de Ferro de Bragança. O Senhor Deputado João Menezes lamentou que faltando apenas poucos dias para o término do segundo período ordinário da presente legislatura, não tenha sido encaminhada ao plenário a proposta orçamentária para mil novecentos e cinquenta e três. Ainda com a palavra, disse que a bancada possedista não aceitava os ataques feitos pelo Senhor Deputado Augusto Corrêa, à pessoa do Prefeito Municipal de Capanema. O Senhor Deputado Silvio Meira referiu-se às acusações feitas à pessoa do Prefeito de Capanema, declarou que iria solicitar informações ao Prefeito Raimundo Neves, a respeito das ocorrências denunciadas pelo Senhor Deputado Augusto Corrêa. O Senhor Deputado Humberto Vasconcelos leu um trecho da carta que endereçou, em data de sete de maio último, ao Senhor Governador do Estado. Encaminhando os trabalhos para a primeira parte da Ordem do Dia, foram aprovados em redação final, os processos números: vinte e sete, do qual é parte interessada Marciano Gonçalves Pereira; trinta e quatro, referente ao projeto de lei que reconhece de utilidade pública a Sociedade Instituto Brasil; vinte e nove, do qual é parte interessada a firma A. L. Cabral; cento e noventa e três, que abre crédito especial em favor do soldado Francisco de Assis Barros; duzentos e dezessete, do qual é parte interessada a firma José Abreu; duzentos e vinte e quatro, que abre o crédito especial em favor de Antônio Augusto de Andrade, e duzentos e cinquenta e oito, do qual é parte interessada Carmelita Rodrigues dos Santos. Em seguida, foi aprovado o requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Corrêa, solicitando que o Poder Executivo estude

a possibilidade de melhorar o ramal Tauarizinho, na rodovia Capanema-Salinópolis. Anunciada a discussão do requerimento de autoria do Senhor Deputado Reis Ferreira, sobre a dragagem do porto de Belém, o Senhor Deputado Cunha Coimbra declarou que as providências já estavam sendo tomadas, motivo pelo qual apelava para o autor do requerimento, no sentido de que o retirasse da pauta dos trabalhos. O Senhor Deputado Reis Ferreira atendendo ao apelo, solicitou que a presidência retirasse a matéria da pauta dos trabalhos, o que foi feito. Anunciada a discussão do requerimento de autoria do Senhor Deputado Imbiriba da Rocha, solicitando que esta Casa telegrafe à Mesa da Câmara Federal, apoiando o projeto de lei número mil novecentos e noventa, de autoria do Senhor Deputado Federal Lúcio Bittencourt, o Senhor Deputado João Menezes levantou uma preliminar no sentido de que a matéria fosse encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça. O Senhor Deputado Imbiriba da Rocha, em breves palavras, combateu a preliminar, a qual, submetida a votação, foi aprovada. Após, foi aprovado, sem discussão, o requerimento de autoria do Senhor Deputado Reis Ferreira, solicitando que fosse transcrito nos Anais desta Casa o artigo "A Amazônia sempre sacrificada", de autoria do Senhor Custódio de Araújo Costa. O Senhor Deputado Carlos Menezes referiu-se ao atual estado em que se encontra o cinema "Olimpia", apelando para as autoridades competentes, assim como aos dirigentes da referida Empresa, no sentido de que tomem energias providências a respeito do assunto. Na segunda parte da Ordem do Dia foi aprovado em primeira discussão o processo número cento e doze, referente ao projeto de lei que reconhece de utilidade pública a Academia Paraense de Letras. Anunciada a primeira discussão do processo número cento e sete, referente à emenda constitucional que suprime a alínea a) do parágrafo único do artigo setenta e três da Constituição Política do Estado, o Senhor Deputado Armando Mendes apresentou uma emenda aditiva, e levantando uma preliminar no sentido de ser a mesma encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer. Submetida a votação a preliminar, foi a mesma aprovada, tendo o Senhor Deputado Silvio Meira declarado que votara com restrições. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em pauta para a sessão imediata os processos números vinte e seis, quarenta e dois e duzentos e sessenta e seis, em redação final e ainda os processos números cento e seis, cento e nove e cento e quarenta e cinco. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão às dezesseis horas e trinta minutos,

marcando outra para o dia imediato, à hora regimental, sendo então lavrada e lida a ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Mesa. São as sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em quatro de agosto de mil novecentos e cinquenta e dois. — (aa) Abel Nunes de Figueiredo, Wilson Amanajás e Rui Mendonça.

Ata da setuagésima quinta sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado do Pará

Aos cinco dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas e dez minutos, no salão de sessões da Assembléia Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Abel Martins, Armando Mendes, Augusto Corrêa, Carlos Menezes, Cléo Bernardo, Clovis Ferro Costa, Francisco Bordalo, Humberto Vasconcelos, José Maria Chaves, José Jacinto Aben-Athar, Mendonça Vergolino, Licurgo Peixoto, Paulo Itaguai, Rui Barata, Silvio Braga, Acindino Campos, Américo Lima, João Camargo, João Menezes, Libero Luxardo, Pereira Brasil, Pedro Paes, Silvio Meira, Cunha Coimbra, Efraim Bentes, Romeu Santos, Reis Ferreira e Imbiriba da Rocha, o Sr. Presidente Abel de Figueiredo, secretariado pelos Senhores Deputados Wilson Amanajás, Rui Mendonça, Rosa Pereira e depois Fernando Magalhães, constatando haver número legal, mandou proceder à leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem emendas. O Expediente constou do seguinte: aviso número um, do Senhor Ministro da Fazenda, encaminhando a esta Casa cópia do ofício número cinquenta e dois, traço quatrocentos e doze, de quinze de julho de mil novecentos e cinquenta e dois, do Senhor Presidente do Banco do Brasil, esclarecendo os motivos por que se torna impossível a instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito em Capanema; ofício do Senhor Secretário da Presidência da República, em resposta a um expediente desta Casa, prestado esclarecimentos sobre a fixação de preço mínimo para a juta; ofício do Senhor Secretário da Presidência da República, encaminhando a esta Casa, em cópia autêntica, as informações prestadas pelo Banco do Brasil, quanto ao acordo comercial a ser firmado entre o Brasil e a Espanha, com a inclusão da verba específica para exportação de dormentes de madeira com destino àquele país; ofício do Senhor Presidente do Conselho Consultivo do Banco de Crédito da Amazônia, comunicando haver sido o expediente desta Casa relativo à criação e instalação de agências daquele estabelecimento de crédito em Bragança e Marabá encaminhado à Diretoria do referido Banco, para consideração do que solicita; ofício do Senhor Presidente da Câmara Municipal (Continua na última página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Diário do Município

ANO I

BELÉM — TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1952

NUM. 51

GABINETE DO PREFEITO

ATOS E DECISÕES

DECRETO N. 4.593

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

efetivar Antônio Maria Menezes de Carvalho, no cargo de Ajudante de Administrador, padrão I, lotado no Mercado de Icoaraci (3 de Outubro), nos termos do art. 15, item III, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 13 de agosto de 1952.

Dr. Carlos Lucas de Sousa
Prefeito Municipal interino
Cumpra-se e publique-se.
Secretaria da Prefeitura, 13 de agosto de 1952.

Dr. Adriano Menezes
Secretário geral interino

DECRETO N. 4.594

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

conceder a Eline Viana Martins, ocupante do cargo de Contabilista, classe O, lotado na Contadoria Geral, trinta (30) dias de licença com todos os vencimentos, em prorrogação, para tratamento de saúde, nos termos do art. 155, § 2.º, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, combinado com o laudo médico n. 308, de 18/1952, do Departamento de Saúde e Assistência, a partir do dia 3 de agosto corrente.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 14 de agosto de 1952.

Dr. Carlos Lucas de Sousa
Prefeito Municipal interino
Cumpra-se e publique-se.
Secretaria da Prefeitura, 14 de agosto de 1952.

Dr. Adriano Menezes
Secretário geral interino

DECRETO N. 4.595

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

conceder nos termos do art. 155, § 2.º do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, a Santino dos Anjos Castro, ocupante do cargo de Porteiro, lotado no Serviço de Pronto Socorro, sessenta (60) dias de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saúde, a partir do dia 14 do corrente, de acordo com o laudo médico n. 110, de 5/8/52, do Departamento de Saúde e Assistência.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 14 de agosto de 1952.

Dr. Carlos Lucas de Sousa
Prefeito Municipal interino
Cumpra-se e publique-se.
Secretaria da Prefeitura, 14 de agosto de 1952.

Adriano Menezes
Secretário Geral, interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

PORTARIA N. 531

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar Maria Célia Arruda dos Santos, diarista do Departamento Municipal de Engenharia, para servir na Diretoria da Fiscalização Municipal (Comissão de Licenças Gerais).

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 9 de agosto de 1952.

Carlos Lucas de Sousa

Prefeito Municipal interino

TERMO DE CONTRATO

Térmo de contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Belém, representada pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Lucas de Sousa e Maria Célia dos Santos.

Aos quatorze dias do mês de agosto de mil novecentos e cinquenta e dois (1952), presentes no Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal, Maria Célia dos Santos e o Exmo. Sr. Dr. Carlos Lucas de Sousa, respondendo pelo expediente da Prefeitura, acordaram o seguinte:

Cláusula primeira: — O Governo do Município de Belém, resolve contratar Maria Célia dos Santos, de aqui por diante denominada contratada para servir na Diretoria da Fiscalização Municipal (Cobrança de Licenças Gerais).

Cláusula segunda: — A Contratada elege a cidade de Belém para seu domicílio legal, cujo fóro será competente para dirimir as questões que se suscitarem na execução deste contrato.

Cláusula terceira: — Como remuneração de seus serviços, a Contratada receberá o salário mensal de noventa e cinco cruzeiros (Cr\$ 900,00), a partir da presente data.

Cláusula quarta: — A duração do presente contrato será até 31 de dezembro de mil novecentos e cinquenta e dois (1952).

Cláusula quinta: — A despesa com o pagamento da importância prevista na cláusula terceira, correrá, no atual exercício, à conta das Tabelas 2 e 3 (Cobranças Gerais), do orçamento em vigor.

Cláusula sexta: — O presente contrato que foi aprovado pelo Sr. Dr. Prefeito Municipal de Belém, poderá ser rescindido a qualquer tempo, por iniciativa do Prefeito, se a Contratada deixar de corresponder aos deveres de suas funções, ou não forem mais julgados necessários os seus serviços, e por iniciativa da Contratada, se lhe convier, devendo em qualquer caso, a parte que resolver a rescisão, notificar a outra, com antecedência de trinta (30) dias, findos os quais, será considerado rescindido o presente contrato, sem que caiba qualquer pedido de indenização, ou reclamação judicial, ou extrajudicial. O presente contrato está isento de selo proporcional na for-

ma da legislação em vigor, e, para firmeza e validade do que ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo que, depois de lido e achado conforme, será assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas abaixo, e

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

(Continuação da nona página)

de Monte Alegre, acusando recebida a circular número oito, desta Casa; telegrama do Senhor Carlos Lindenberg, acusando recebido o telegrama número cento e sessenta e seis, desta Casa, e prestando esclarecimentos; ofício do Senhor Presidente da Comissão Executiva do Segundo Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, convidando esta Casa para comparecer à instalação e aos trabalhos plenários do mencionado Congresso, a ter lugar em São Vicente, Estado de São Paulo; ofício do Senhor Deputado Antonio Annibelli, comunicando haver sido realizada eleição na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo sido eleito Presidente da Comissão Executiva daquele Legislativo; ofício do Senhor Nestor Braga dos Santos, comunicando haver assumido o cargo de Delegado de Polícia de Ananindeua; carta de Manoel Silva, Mário Bastos e outros, solicitando que a lei do salário mínimo seja extensiva aos pensionistas do Estado; ofício do Senhor Diretor do Programa da Amazônia do Serviço Especial de Saúde Pública, acusando o recebimento do ofício número seiscentos e setenta e cinco, desta Assembleia; ofício do Senhor Governador do Estado, encaminhando a esta Casa o projeto de lei que abre o crédito especial de dois milhões de cruzeiros em favor da firma Byington, destinada à aquisição do material necessário à instalação do Setor número dois, da Rede de Abastecimento de Água de Belém; ofício do Presidente da Câmara Municipal de Itupiranga, em nome daquele Legislativo, manifestando-se solidário ao requerimento do Vereador Pedro d'Almeida Sampaio, que reclama Igualdade de direitos entre os vereadores dos municípios do interior e os do município da Capital, e ofício do Senhor Governador do Estado, encaminhando a esta Casa o projeto de lei que abre o crédito especial de seis milhões de cruzeiros e vinte e cinco mil cruzeiros destinados à cobertura das despesas decorrentes dos Serviços de Água e Esgotos de Belém, a cargo da firma Byington, de São Paulo. O primeiro orador da Hora do Expediente foi o Senhor Deputado Silvio Meira, que apresentou um requerimento de informações ao Departamento Estadual de Segurança Pública, através do Poder Executivo, sobre taxas de licenças cobradas pelas autoridades policiais

por mim, Secretário Geral interino que o subscrevo e assino.

Belém, 14 de agosto de 1952. —
(a) Adriano Menezes, secretário geral interino.

Carlos Lucas de Sousa, respondendo pelo expediente da Prefeitura — Maria Célia A. dos Santos, contratada — Hercília Carvalho, 1.ª testemunha — Euclides Silva, 2.ª testemunha.

da Capital e do interior, a título de licença para realização de festas particulares e festividades de qualquer natureza. O Senhor Deputado Augusto Corrêa apresentou, com justificativa, um requerimento solicitando ao Governo do Estado mandar verificar, pelo Departamento de Estradas de Rodagem a possibilidade de ser construída uma rodovia marginal à Estrada de Ferro de Bragança, ligando Peixe-Boi, no Município de Nova Timboteua, à cidade de Capanema. Encaminhando os trabalhos para a primeira parte da Ordem do Dia, foram aprovados, em redação final, os processos: vinte e seis, do qual é parte interessada a firma Albino Filho; quarenta e cinco, referente ao projeto de lei que eleva a categoria de Departamento as atuais Divisões do Pessoal, Receita, Despesa, Material e Contabilidade, e duzentos e sessenta e seis, do qual é parte interessada o ex-combatente José Silva. A seguir, foram aprovados em discussão única, os processos números: cento e seis, referente à petição de Mário Pinheiro do Nascimento; cento e nove, referente à petição de Ofir Farah Sadala, e cento e quarenta e cinco, referente à petição de Emanuel Cirilo Carvalho. Foi ainda aprovado, sem discussão, o requerimento de autoria do Senhor Deputado Wilson Amanajás, solicitando que esta Casa se dirija ao Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal, congratulando-se pela maneira honesta e eficiente com que se vem conduzindo o Senhor Renato Franco, no exercício de suas funções, e manifestando o júbilo deste Legislativo pela criação de mais agências daquela instituição de crédito em municípios do nosso Estado. Na segunda parte da Ordem do Dia foi aprovado, em segunda discussão, o projeto de lei que reconhece de utilidade pública a Academia Paraense de Letras. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Abel de Figueiredo encerrou a sessão às dezesseis horas e dez minutos, marcando outra para o dia imediato, à hora regimental, sendo então lavrada a presente ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Mesa. Sala das sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em cinco de agosto de mil novecentos e cinquenta e dois. — (aa) Abel Nunes de Figueiredo, Wilson Amanajás e Rui Mendonça.